

Sumário

Apresentação – <i>Ricardo Lobo Torres</i>	15
Introdução	17
Capítulo 1 – Fundamentos de uma Teoria Sistemática do Direito Tributário	19
1.1. Pressupostos Metodológicos	19
1.1.1. Da passagem da compreensão de conceitos à compreensão da coerência da argumentação jurídica	19
1.1.1.1. Do pensamento conceitual ao pensamento sistemático	20
1.1.1.2. Características do pensamento sistemático	22
1.2. Novas Tendências Convergentes	24
1.2.1. Teoria dos direitos fundamentais e o neoconstitucionalismo	25
1.2.1.1. Os fundamentos do neoconstitucionalismo	27
1.2.1.2. O neoconstitucionalismo e a concepção sistemática do direito	29
1.2.1.2.1. Kant e as origens da fundamentação da dignidade da pessoa humana	30
1.2.1.2.2. Rawls e a compreensão não utilitarista e consequencialista dos direitos individuais	31
1.2.1.2.3. Ronald Dworkin e a demanda pela criação de condições mínimas de bem-estar	33
1.2.1.2.4. Habermas e a fundamentação discursiva dos direitos humanos	35
1.2.1.2.5. Robert Alexy e a posição privilegiada dos direitos humanos na teoria do discurso prático racional	38
1.2.2. Hermenêutica ética e as modernas teorias da justiça	40
1.2.2.1. As modernas teorias da justiça	42
1.2.2.1.1. Teorias Clássicas da Justiça	42
1.2.2.1.2. Negação da centralidade do conceito de justo: Hans Kelsen	47
1.2.2.1.3. Teorias Modernas da Justiça e a retomada do problema do Justo	48
1.2.2.2. Da Justiça Fiscal como justificação ao poder de tributar	58
1.2.2.2.1. Da Justiça Fiscal como princípio estruturante do sistema jurídico-tributário	58
1.2.3. Teoria do Discurso Jurídico e da argumentação	59
Bibliografia recomendada	71

Capítulo 2 – Dos Elementos de uma Teoria Sistemática do Direito Tributário: uma análise comparativa no pensamento conceitual, normativista e sistemático	77
2.1. Evolução Histórica do Pensamento Jurídico-Tributário: conceitualismo, normativismo e pensamento sistemático	77
2.1.1. Modelo de Estado: do Estado Antigo ao Estado democrático de direito	77
2.1.2. Escolas de Pensamento: da Pandectística à Teoria da Argumentação	85
2.2. Das teorias sobre o sistema jurídico: sistema de conceitos, normas e valores (direitos fundamentais)	96
2.2.1. A teoria do sistema jurídico no pensamento conceitualista	96
2.2.2. A teoria do sistema jurídico no pensamento normativista	98
2.2.3. A teoria do sistema jurídico no pensamento sistemático	101
2.2.3.1. A superação do formalismo e do positivismo na ideia de sistema	102
2.2.3.2. A ideia de sistema jurídico como um sistema ético	104
2.2.3.3. Da superação da Lei de Hume	106
2.2.4. O conceito de sistema na interpretação sistemática de Claus-Wilhelm Canaris ...	108
2.2.4.1. Sistema como ordem e unidade	108
2.2.4.2. Características do sistema jurídico	110
2.2.4.3. O sistema jurídico como um sistema de princípios e regras	111
2.2.4.4. Do conflito entre princípios e regras	113
2.2.4.5. Síntese conclusiva	114
2.3. Modelo Argumentativo no pensamento conceitualista, normativista e sistemático: do problema da coerência material e formal	115
2.3.1. Da coerência do sistema jurídico (“coherence in the legal system”)	115
2.3.2. Da coerência do raciocínio jurídico (“coherence in legal reasoning”)	117
2.3.3. Resumo Provisório	118
2.4. Da compreensão do fato tributário: do fato gerador, da norma jurídico-tributária e do sistema de direitos fundamentais	118
2.4.1. Do conceito de fato gerador	118
2.4.2. Da norma jurídico-tributária no sistema tributário	122
2.4.3. Do dever fundamental de pagar tributos no sistema de direitos fundamentais ...	129
2.4.3.1. Do conceito de dever fundamental de pagar tributos	130
2.4.3.2. Da estrutura do dever fundamental de pagar tributos	131
2.4.3.3. Do regime do dever fundamental de pagar tributos	132
Conclusões parciais	134
Bibliografia recomendada	135
Capítulo 3 – Da teoria da imposição	139
3.1. Da ideia de Constituição para o Direito Tributário	139
3.1.1. Pensamento Conceitual: estrutura de poder político	141
3.1.2. Pensamento Normativista: estrutura normativa	143
3.1.3. Pensamento Sistemático: sistema de direitos fundamentais	145
3.2. Dos fundamentos do poder de tributar	146
3.2.1. Pensamento Conceitual: do tributo como expressão da soberania fiscal à sua compreensão como relação jurídica	149
3.2.1.1. Pensamento Conceitual: do tributo como expressão da soberania fiscal	149

3.2.1.1.1. Imposto como uma relação de forças (<i>Abgabengewaltverhältnis</i>)	150
3.2.1.1.2. Escola da Dinâmica Tributária	152
3.2.1.1.3. Escola das Escolhas Públicas	153
3.2.1.1.4. Escola do Estado Fiscal como poder monopolístico (Teoria della <i>illusione finanziaria</i>), de Amilcare Puviani	154
3.2.1.1.5. Escola austríaca da tributação como “servidão moderna”, de Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek	155
3.2.1.1.6. Denominação da Disciplina: Direito Fiscal e Direito Tributário	156
3.2.1.2. Pensamento Conceitual: tributo como relação jurídica	157
3.2.1.2.1. Conceção contratual do tributo	157
3.2.1.2.2. Conceção jurídico-obrigacional do tributo	163
3.2.1.2.3. Teoria causalista do tributo	164
3.2.1.2.4. Conceção jurídico-financeira do tributo	170
3.2.2. Pensamento Normativista: do poder de tributar como competência tributária	175
3.2.2.1. Conceção normativa do tributo	176
3.2.2.2. Conceção jurídico-administrativa do tributo	178
3.2.3. Pensamento Sistemático: financiamento dos direitos fundamentais	179
3.2.3.1. Klaus Tipke: tributo como instrumento de realização do Estado de Direito	179
3.2.3.2. Casalta Nabais: tributo como instrumento de financiamento dos direitos fundamentais	181
3.2.3.3. Thomas Nagel: o mito da propriedade	183
3.2.3.4. Ricardo Lôbo Tôres: o conceito constitucional de tributo	184
3.2.3.5. Paulo de Barros Carvalho: o construtivismo metodológico	186
3.2.3.6. Considerações finais	187
Considerações parciais	189
Bibliografia recomendada	190
Capítulo 4 – Da teoria dos Direitos Fundamentais	193
Introdução	193
4.1. Dos direitos fundamentais: conceito, natureza e classificação	193
4.1.1. Elementos e características do Conceito de Direitos Fundamentais	193
4.1.2. Elementos e características do Conceito	195
4.1.3. Da cidadania multidimensional	202
4.2. Dos direitos fundamentais do contribuinte: conceito, natureza e classificação	203
4.2.1. Pensamento Conceitual: Autolimitação do poder do soberano	206
4.2.1.1. Modelo ético-religioso	206
4.2.1.2. Modelo ético-político	207
4.2.1.3. Modelo técnico-político	219
4.2.2. Pensamento Normativista: limitações de competências tributárias	223
4.2.3. Pensamento Sistemático: proteção e promoção dos direitos fundamentais do contribuinte	229
4.2.3.1. Klaus Tipke: a dimensão ética dos limites ao poder de tributar	229
4.2.3.2. Thomas Nagel e Liam Murphy: a construção de direitos fundamentais do contribuinte	231
4.2.3.3. Casalta Nabais: a construção da liberdade com responsabilidade	233

4.2.3.4. Ricardo Lôbo Tôrres: a construção da cidadania fiscal	234
4.2.3.5. Paulo de Barros Carvalho: juridicização dos direitos fundamentais	235
4.2.4. Síntese conclusiva	237
Conclusões parciais	237
Bibliografia recomendada	238
Capítulo 5 – Interpretação Constitucional	243
Introdução	243
5.1. Da interpretação jurídica no pensamento conceitual, normativista e sistemático	244
5.1.1. Quanto à exigência de coerência judicial	244
5.1.2. Quanto ao alcance da exigência de coerência judicial	245
5.1.3. Quanto à resposta judicial	247
5.2. Da interpretação jurídico-tributária no pensamento conceitual, normativista e sistemático	247
5.2.1. Pensamento Conceitualista: teoria do tributo e do fato gerador	248
5.2.2. Pensamento Normativista: Norma Jurídico-Tributária (Regra-Matriz de Incidência Tributária)	252
5.2.3. Pensamento Sistemático: valores jurídicos (concretização de direitos fundamentais)	257
5.2.3.1. Da interpretação sistemática no Direito Tributário	260
5.2.3.2. Da interpretação tópico-sistemática	260
Considerações críticas	263
Conclusões parciais	264
Bibliografia recomendada	264
Conclusões finais	267
Linha de Tempo – pensamento jurídico-tributário	269
Referências bibliográficas selecionadas	271